

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em 2019, as vendas totalizaram 12,1 milhões de toneladas, uma redução de 17,0% em relação a 2018, em função da desconexão de ativos decorrente dos desinvestimentos da Companhia ao longo de 2018. As vendas de aço, no ano de 2019, resultaram em uma receita líquida consolidada de R\$ 39,6 bilhões, 14,1% inferior à obtida em 2018. O EBITDA ajustado consolidado atingiu R\$ 5,7 bilhões no ano de 2019, inferior ao valor de 2018 em função, principalmente, do menor desempenho das Operações de Negócio (ONs) Aços Especiais e Brasil, além do efeito dos desinvestimentos já mencionados. O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 1,2 bilhão, uma redução em relação a 2018, principalmente, em função do menor EBITDA ajustado. No exercício de 2019, a Metalúrgica Gerdau S.A. destinou R\$ 126 milhões (R\$ 0,12 por ação) para pagamento de dividendos.

Perfil
Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Metalúrgica Gerdau S.A., por meio de sua controlada Gerdau S.A., é a maior empresa Brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora de sucata ferrosa do mundo, e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex).

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

DESEMPENHO DA METALÚRGICA GERDAU EM 2019

Resultados Operacionais	12M19	12M18	Δ
Consolidado			
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	12.453	15.342	-18,8%
Vendas de aço	12.090	14.561	-17,0%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida	39.644	46.159	-14,1%
Custo das vendas	(35.441)	(40.010)	-11,4%
Lucro bruto	4.203	6.149	-31,6%
Margem bruta	10,6%	13,3%	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.458)	(1.671)	-12,7%
Despesas com vendas	(497)	(580)	-14,3%
Despesas gerais e administrativas	(961)	(1.091)	-11,9%
% DVG/Receita Líquida	3,7%	3,6%	
EBITDA ajustado	5.703	6.633	-14,0%
Margem EBITDA ajustada	14,4%	14,4%	

Produção e Vendas

Em termos consolidados, a produção de aço bruto e as vendas de aço no ano de 2019 apresentaram redução em relação ao ano de 2018, em função principalmente da desconexão de ativos decorrente dos desinvestimentos da Companhia.

Resultado Operacional

Em 2019, a receita líquida consolidada apresentou queda em relação a 2018, em virtude dos desinvestimentos nas ONs América do Norte e Aços Especiais. O custo das vendas apresentou redução em relação a 2018, porém inferior à queda nos volumes das vendas em virtude do maior custo por tonelada nas ONs Aços Especiais e Brasil. Em termos consolidados, na comparação do ano de 2019 com 2018, o lucro bruto e a margem bruta apresentaram redução em virtude do aumento do custo das vendas por tonelada vendida ter sido superior ao aumento da receita líquida por tonelada vendida e pela queda da produção no período. Ao longo de 2019, a Companhia realizou paradas programadas de manutenção no Alto-Forno 1 em Ouro Branco-MG e nas aciarias elétricas (mini-mills) no Brasil, o que resultou em maiores custos de produção e menor diluição de custos fixos. As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução em 2019 em relação a 2018, reflexo dos contínuos esforços de simplificação e inovação digital que a Companhia tem realizado nos últimos anos.

Composição do EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	12M19	12M18	Δ
Lucro líquido	1.197	2.241	-46,6%
Resultado financeiro líquido	1.520	1.934	-21,4%
Provisão para IR e CS	458	(152)	-
Depreciação e amortizações	2.073	1.892	9,6%
EBITDA - Instrução CVM 1	5.248	5.915	-11,3%
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	-	414	-
Resultado da equivalência patrimonial	16	(10)	-
EBITDA proporcional das empresas coligadas e com controle compartilhado	320	314	1,9%
Impactos da reforma do alto-forno 1 da usina de Ouro Branco-MG e parada mini-mills ON Brasil	369	-	-
Reversão/provisões tributárias	(250)	-	-
EBITDA ajustado²	5.703	6.633	-14,0%
Margem EBITDA ajustada	14,4%	14,4%	

Conciliação do EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	12M19	12M18	Δ
EBITDA - Instrução CVM 1	5.248	5.915	
Depreciação e amortizações	(2.073)	(1.892)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS 3	3.175	4.023	

- 1 - Medição não contábil calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527.
- 2 - Medição não contábil elaborada pela Companhia. A Companhia apresenta o EBITDA ajustado para fornecer informações adicionais sobre a geração de caixa no período.
- 3 - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados consolidados. O EBITDA ajustado de 2019 apresentou queda em relação a 2018, com comportamento semelhante ao do lucro bruto. A margem EBITDA de 2019, por sua vez, ficou estável quando comparada com 2018, uma vez que estão expurgados os efeitos de itens não recorrentes: impacto das paradas programadas de manutenção no Alto-Forno 1 em Ouro Branco-MG e nas aciarias elétricas (mini-mills) (- R\$ 369 milhões), líquido de reversões/provisões tributárias em 2019 (+ R\$ 250 milhões).

Resultado financeiro e lucro líquido

Consolidado (R\$ milhões)	12M19	12M18	Δ
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos¹	3.184	4.047	-21,2%
Resultado financeiro	(1.509)	(1.890)	-20,2%
Receitas financeiras	223	204	9,3%
Despesas financeiras	(1.470)	(1.579)	-6,9%
Varição cambial (inclui parcela do hedge de investimento líquido)	(120)	(346)	-65,3%
Varição cambial (outras moedas)	(127)	23	-
Despesa com recompra de <i>bonds</i>	-	(224)	-
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido	(15)	32	-
Lucro antes dos impostos¹	1.675	2.157	-22,3%
Imposto de renda e contribuição social	(458)	169	-
IR/CS - efeitos cambiais que incluem <i>hedge</i> de investimento líquido	(109)	358	-
IR/CS - demais contas	(526)	(646)	-18,6%
IR/CS sobre itens não recorrentes	(40)	457	-
Lucro líquido consolidado¹	1.217	2.326	-47,7%
Itens não recorrentes	78	181	-56,9%
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	-	414	-
Parada de manutenção/Impacto da reforma do AF1	369	-	-
Despesa com recompra de <i>bonds</i>	-	224	-
Reversão/provisões tributárias	(250)	-	-
IR/CS - itens não recorrentes	(40)	(457)	-91,2%
Lucro líquido consolidado ajustado 2	1.295	2.507	-48,3%

- 1 - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados da Companhia.
- 2 - Medição não contábil elaborada pela Companhia para demonstrar o lucro líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa. No ano de 2019, quando comparado com 2018, o menor resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação do real frente ao dólar norte-americano de 4% em 2019, comparado com 17% em 2018), efeito que é parcialmente compensado na linha de "IR/CS - efeitos cambiais que incluem *hedge* de investimento líquido". A melhor performance do resultado financeiro também foi influenciada pelas menores despesas financeiras decorrentes da estratégia de redução de dívida da Companhia. O lucro líquido consolidado ajustado pelos itens não recorrentes em 2019 apresentou redução em relação a 2018, principalmente, em função do menor EBITDA ajustado.

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	62	1.073	2.641.713	2.891.217
Aplicações financeiras.....	4	14.146	24.427	3.652.949	459.470
Contas a receber de clientes.....	5	-	-	2.672.370	3.201.656
Estoques.....	6	-	-	7.659.737	9.167.689
Créditos tributários.....	7	-	-	504.302	527.428
Imposto de renda/contribuição social a recuperar.....		42.388	58.592	525.476	504.153
Dividendos a receber.....		18.832	65.337	-	-
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	17	-	-	2.846	30.711
Outros ativos circulantes.....		-	-	372	618.770
		75.428	149.801	18.278.163	17.563.118
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					
Créditos tributários.....	7	-	-	465.549	32.065
Imposto de renda/contribuição social diferidos.....	8	-	-	4.071.219	3.874.054
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	17	-	-	-	2.706
Partes relacionadas.....	20	-	-	95.445	27.939
Depósitos judiciais.....	19	2.427	2.418	1.994.143	2.137.832
Outros ativos não-circulantes.....		287	320	464.455	449.912
Gastos antecipados com plano de pensão.....	21	-	-	45.381	17.952
Adiantamento para futuro investimento em participação societária.....		-	-	-	375.456
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial.....	9	9.960.008	9.911.274	1.812.399	1.367.802
Ágios.....	11	-	-	9.469.311	9.112.390
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos.....	13	-	-	777.314	-
Outros intangíveis.....	12	-	-	673.262	836.096
Imobilizado.....	10	602	613	15.902.095	15.547.094
		9.963.324	9.914.625	35.770.573	33.781.298
TOTAL DO ATIVO		10.038.752	10.064.426	54.048.736	51.344.416

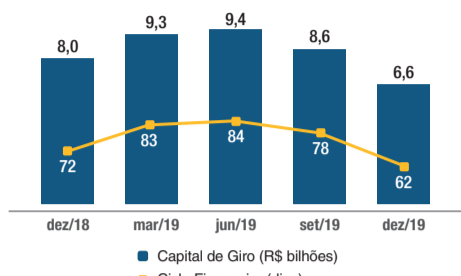
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

Dividendos

No exercício de 2019, a Metalúrgica Gerdau S.A. destinou R\$ 126 milhões (R\$ 0,12 por ação) para pagamento de dividendos.

Capital de giro e Ciclo financeiro

Em dezembro de 2019, o ciclo financeiro medido em dias (capital de giro dividido pela receita líquida diária do trimestre) foi menor em relação a dezembro de 2018 em função da redução dos estoques, influenciada pelas paradas de manutenção nas aciarias elétricas (mini-mills) e pelas maiores exportações no final do ano de 2019.



Passivo financeiro

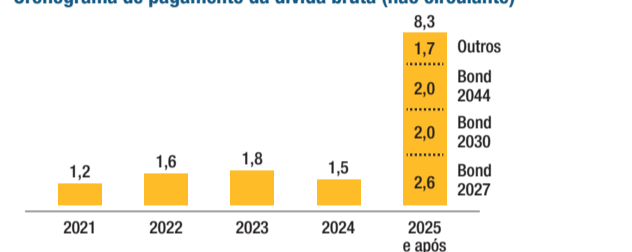
Composição da Dívida (R\$ Milhões)	31.12.2019	31.12.2018
Circulante	1.562	2.474
Não circulante	14.488	13.082
Dívida Bruta	16.050	15.556
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	6.295	3.351
Dívida líquida	9.755	12.204

Em 31 de dezembro de 2019, 9,7% da dívida bruta era de curto prazo e 90,3% de longo prazo. Em termos de composição da dívida por moeda, 18,4% era denominada em reais, 81,2% em dólar norte-americano e 0,4% em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2019, 52% do caixa era detido pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólar norte-americano. A redução da dívida líquida em R\$ 2,5 bilhões de 31.12.2018 para 31.12.2019 ocorreu em virtude, principalmente, da redução de capital de giro no final de 2019. Os principais indicadores da dívida apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	31.12.2019	31.12.2018
Dívida bruta / Capitalização total 1	37%	38%
Dívida líquida ² (R\$) / EBITDA ³ (R\$)	1,67x	1,8x

- 1 - Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta - juros sobre a dívida.
- 2 - Dívida líquida = dívida bruta - juros sobre a dívida - caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- 3 - EBITDA ajustado acumulado dos últimos 12 meses. A redução no nível do indicador dívida líquida/EBITDA foi consequência do esforço de redução da dívida líquida nos períodos comparados, mesmo com a queda do EBITDA.

Cronograma de pagamento da dívida bruta (não circulante)



O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2019, era de 5,5%, sendo de 4,7% para o montante denominado em reais, de 5,6% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,1% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7,4 anos.

OPERAÇÕES DE NEGÓCIOS (ONs)

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber: • **ON Brasil (Operação de Negócio Brasil)** - inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil; • **ON América do Norte (Operação de Negócio América do Norte)** - inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além das empresas de controle conjunto e coligada, ambas localizadas no México; • **ON América do Sul (Operação de Negócio América do Sul)** - inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além das empresas de controle conjunto na República Dominicana e na Colômbia; • **ON Aços Especiais (Operação de Negócio Aços Especiais)** - inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos.

ON BRASIL

ON Brasil	12M19	12M18	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	5.563	5.845	-4,8%
Vendas totais	5.609	5.535	1,3%
Mercado Interno	3.959	3.951	0,2%
Exportações	1.650	1.585	4,1%
Vendas de aços longos	4.134	4.079	1,4%
Mercado Interno	2.633	2.683	-1,9%
Exportações	1.500	1.396	7,5%
Vendas de aços planos	1.475	1.457	1,3%
Mercado Interno	1.325	1.268	4,5%
Exportações	150	189	-20,6%

Resultados (R\$ milhões)

Receita líquida ¹	16.122	15.745	2,4%
Mercado Interno	12.912	12.320	4,8%
Exportações	3.210	3.425	-6,3%
Custo das vendas	(14.363)	(13.044)	10,1%
Lucro bruto	1.759	2.701	-34,9%
Margem bruta (%)	10,9%	17,2%	
EBITDA Ajustado ²	2.639	3.032	-12,9%
Margem EBITDA Ajustada (%)	16,4%	19,3%	

- 1 - Inclui receita de venda de minério de ferro.
- 2 - EBITDA ajustado pelos impactos da reforma Alto-forno 1 da usina de Ouro Branco-MG, líquido de reversões/provisões tributárias nos 12M19. A produção de aço bruto apresentou queda em 2019 em relação a 2018, em função das paradas programadas de manutenção do alto-forno 1, em Ouro Branco - MG e das aciarias elétricas (mini-mills). Já as vendas de aço no ano de 2019 apresentaram leve alta em relação a 2018, devido às maiores exportações. Por outro lado, é válido destacar o crescimento das vendas de aços planos no mercado interno, com destaque para a maior penetração nos setores de óleo, gás e edício. No ano de 2019, foram comercializadas para terceiros 1,8 milhão de toneladas de minério de ferro, uma queda em relação aos 2,9 milhões comercializadas em 2018, impactando a receita líquida da ON Brasil. O aumento da receita líquida em 2019, em relação a 2018, foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida, no mercado interno, suavizada pelos menores preços internacionais provenientes das exportações. O custo das vendas em 2019, quando comparado com 2018, apresentou aumento em função das paradas de manutenção já mencionadas e dos maiores custos de minério de ferro e carvão no período. A queda do lucro bruto e da margem bruta de 2019 para 2018 ocorreu em função do custo por tonelada vendida ter subido 9%, comparado com uma alta de 1% da receita líquida por tonelada vendida. O EBITDA e a margem EBITDA, em 2019, quando comparados com 2018, apresentaram comportamento semelhante à queda do lucro bruto e da margem bruta, suavizados ao expurgar os efeitos de itens não recorrentes: impactos da reforma do Alto-Forno da Usina de Ouro Branco-MG e das paradas de aciarias elétricas (mini-mills) (- R\$ 369 milhões), líquido de reversões/provisões tributárias em 2019 (+ R\$ 250 milhões).

ON AMÉRICA DO NORTE

ON América do Norte	12M19	12M18	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	4.601	6.431	-28,5%
Vendas de aço	4.275	6.085	-29,7%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida	14.656	19.927	-26,5%
Custo das vendas	(13.351)	(18.165)	-26,5%
Lucro bruto	1.305	1.763	-26,0%
Margem bruta (%)	8,9%	8,8%	
EBITDA	1.569	1.787	-12,2%
Margem EBITDA (%)	10,7%	9,0%	

As quedas na produção de aço bruto e nas vendas de aço em 2019, comparadas com 2018, ocorreram, principalmente, pela desconexão das operações de fio-máquina a partir de abril de 2018 e das operações de vergalhões a partir de novembro de 2018, nos Estados Unidos. Desconsiderando esses efeitos, as vendas ficaram relativamente estáveis, confirmando a visão de um mercado ainda aquecido na construção civil e indústria. A receita líquida e o custo das vendas de 2019 apresentaram redução em relação a 2018, principalmente,

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26	-	-	39.644.010	46.159.478
Custo das vendas.....	31	-	-	(35.440.726)	(40.010.100)
LUCRO BRUTO				4.203.284	6.149.378
Despesas com vendas.....	31	-	-	(476.339)	(570.431)
Despesas gerais e administrativas.....	31	(6.897)	(8.466)	(961.014)	(1.090.915)
Outras receitas operacionais.....	31	388	50	637.235	235.197
Outras despesas operacionais.....	31	(2.724)	(15.831)	(190.371)	(286.243)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.....	31	-	-	(21.044)	(9.914)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	3.5	-	-	-	(414.507)
Resultado da equivalência patrimonial.....	9	445.246	884.429	(17.050)	10.141
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS				4.361.013	4.022.706
Receitas financeiras.....	32	3.466	7.433	226.679	211.443
Despesas financeiras.....	32	(14.395)	(50.943)	(1.484.149)	(1.630.284)
Despesas na recompra de bonds.....	32	-	-	-	(223.925)
Variação cambial, líquida.....	32	-	-	(247.555)	(322.621)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido.....	32	-	-	(15.118)	32.092
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS				425.084	816.672
Imposto de renda e contribuição social.....				-	-
Corrente.....	8	-	(17.662)	(240.400)	(646.871)
Diferido.....	8	-	-	(217.433)	798.160
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				425.084	799.010
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores.....				425.084	799.010
Participação dos acionistas não-controladores.....				771.641	1.441.680
				1.196.725	2.240.690
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial - R\$.....	25	0,41	0,82	0,41	0,82
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial - R\$.....	25	0,41	0,75	0,41	0,75

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Controladora		
Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados	425.084	799.010
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial....	20.336	48.251
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*).....	248.593	911.087
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*).....	-	(311.405)
Perdas não realizadas em hedge de investimento líquido (*).....	(119.476)	(572.101)
Ganhos em Hedge de fluxo de caixa (*).....	1.294	4.535
	150.747	80.367
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
(Perdas) Ganhos atuariais líquidos não realizados com plano de pensão de benefício definido (*).....	(16.834)	58.593
	(16.834)	58.593
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	133.913	138.960
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	558.997	937.970
Consolidado	2019	2018
Lucro líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	1.196.725	2.240.690
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro		
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial....	55.038	125.719
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	682.451	2.399.725
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	-	(811.276)
Perdas não realizadas em hedge de investimento líquido (*).....	(322.948)	(1.491.534)
Ganhos em Hedge de fluxo de caixa.....	3.502	11.947
	418.043	234.581
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro		
(Perdas) Ganhos atuariais líquidos não realizados com plano de pensão de benefício definido.....	(45.561)	152.345
	(45.561)	152.345
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	372.482	386.926
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	1.569.207	2.627.616
Total do resultado abrangente atribuído a:		
Participação dos acionistas controladores.....	558.997	937.970
Participação dos acionistas não-controladores.....	1.010.210	1.689.646
	1.569.207	2.627.616

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de controladas.

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos, quando aplicável. Os efeitos fiscais destes itens estão apresentados na nota 8.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores										Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Reserva de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial							
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos Fiscais	Investimentos e capital de giro	Lucros acumulados	Resultado de operações com acionistas não controladores	Ganhos e perdas em hedge de investimento líquido	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	Outros ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01/01/2018	7.951.579	(69.861)	-	174.017	-	-	(1.177.853)	(1.864.160)	3.598.000	(124.842)	8.486.880	14.855.473	23.342.353
Ajuste da aplicação inicial do CPC 48 /IFRS 9, líquido de impostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.233)	(20.154)	(20.154)	(32.387)
Saldo ajustado em 01/01/2018	7.951.579	(69.861)	-	174.017	-	-	(1.177.853)	(1.864.160)	3.598.000	(137.075)	8.474.647	14.835.319	23.309.966
Alterações no Patrimônio Líquido em 2018													
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	799.010	-	-	-	-	-	799.010	1.441.680	2.240.690
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	(572.101)	647.933	63.128	138.960	247.966	386.926
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	799.010	-	-	(572.101)	647.933	63.128	937.970	1.689.646	2.627.616
Aumento de Capital por emissão de ações.....	9.329	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.329	-	9.329
Efeitos com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.781)	(13.781)	192.826	(22.152)	(35.933)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192.826	315.061	507.887
Planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.344)	(77.344)	(143.025)	(220.369)
Efeitos de alterações de participação em controladas.....	-	-	-	-	-	66.004	-	-	-	-	66.004	(139.540)	(73.536)
Recomposição da reserva de incentivos fiscais.....	-	-	-	99.223	-	(99.223)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações propostas em Assembleia Geral													
Reserva legal.....	-	-	39.950	-	-	(39.950)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais.....	-	-	-	6.544	-	(6.544)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos e capital de giro.....	-	-	-	-	408.816	(408.816)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(244.477)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018 (Nota 24)	7.960.908	(69.861)	39.950	279.784	408.816	-	(1.111.849)	(2.436.261)	4.245.933	27.754	9.345.174	16.027.297	25.372.471
Alterações no Patrimônio Líquido em 2019													
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	425.084	-	-	-	-	-	425.084	771.641	1.196.725
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	(119.476)	268.929	(15.540)	133.913	238.569	372.482
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	425.084	-	-	(119.476)	268.929	(15.540)	558.997	1.010.210	1.569.207
Aumento de Capital por emissão de ações.....	247.918	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247.918	-	247.918
Efeitos com planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.939	5.939	(18.308)	(127.369)
Planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.411	29.411
Efeitos de alterações de participação em controladas.....	-	-	-	-	-	-	(18.135)	-	-	-	(18.135)	402.917	384.782
Dividendos complementares.....	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Destinações propostas em Assembleia Geral													
Reserva legal.....	-	-	19.661	-	-	(19.661)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais.....	-	-	-	31.857	-	(31.857)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro.....	-	-	-	-	247.862	(247.862)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(125.704)	-	-	-	-	(125.704)	(238.408)	(364.112)
Saldo em 31/12/2019 (Nota 24)	8.208.826	(69.861)	59.611	311.641	656.623	-	(1.129.984)	(2.555.737)	4.514.862	18.153	10.014.134	17.213.119	27.227.253

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metallúrgica Gerda S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital. A Metallúrgica Gerda S.A. e suas controladas direta e indiretas ("Companhia") é líder no segmento de aço longo nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior das informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2019. **a) Investimentos em empresas controladas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Metallúrgica Gerda S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir. A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores". Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminados. **b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. **c) Investimentos em**

empresas controladas, coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora: Os investimentos nestas empresas, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. **d) Método de Equivalência Patrimonial:** De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados e resultados abrangentes líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e/ou em resultados abrangentes e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Metallúrgica Gerda S.A.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. **c) Empresas do grupo:** Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão: **i)** os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas; **ii)** as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; **iii)** todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e **iv)** os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados. **d) Hiperinflação na Venezuela e Argentina:** A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciada em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para as suas controladas na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido das controladas na Argentina foram atualizados pela inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 30/06/2018 foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1/07/2018 foram reportados no resultado financeiro da demonstração de resultados da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, em 31/12/2018, a Companhia reconheceu em seu Patrimônio líquido consolidado R\$ 507.887, líquido dos efeitos tributários, e em sua Demonstração de resultado consolidada o montante de R\$ 38.100 no resultado líquido e de R\$ (29.455) no lucro líquido do exercício. **2.3 - Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) a custo amortizado; b) a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados

subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e se as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que sejam relevantes e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de análise e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Instrumentos Financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

CONTINUAÇÃO
NOTA 7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	279.483	291.027
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	104.704	95.700
Programa de Integração Social.....	26.198	23.473
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	26.173	44.312
Imposto sobre Valor Agregado.....	41.958	32.967
Outros.....	25.786	39.949
	<u>504.302</u>	<u>527.428</u>
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	51.615	27.527
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	331.435	1.980
Programa de Integração Social e outros.....	82.499	2.558
	<u>465.549</u>	<u>32.065</u>
	<u>969.851</u>	<u>559.493</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
2020.....	-	15.025
2021.....	190.773	10.846
2022.....	106.271	6.194
2023 em diante.....	168.505	-
	<u>465.549</u>	<u>32.065</u>

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 25,0% e 34,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	425.084	816.672	1.654.558	2.089.401
Alíquotas nominais.....	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(144.529)	(277.668)	(562.550)	(710.396)
Ajustes dos impostos referentes:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior.....	-	-	75.428	663.116
- equivalência patrimonial.....	151.384	300.706	(5.797)	3.443
- juros sobre o capital próprio.....	-	(48.872)	89	128.418
- incentivos fiscais.....	-	528	8.852	10.059
- não constituição de ativos fiscais diferidos.....	(6.844)	-	(6.844)	-
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos.....	-	7.776	1.097	13.235
- diferenças permanentes (líquidas).....	(11)	(132)	31.912	43.409
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	-	(17.662)	(457.833)	151.289
Corrente.....	-	(17.662)	(240.400)	(646.871)
Diferido.....	-	-	(217.433)	798.160

* A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TULP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2018		Reconhecido no Resultado		Venda de Empresas Controladas e Outros		Reconhecido em Resultados Abrangentes		Saldo em 31/12/18	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais.....	973.638	341.664	-	-	36.445	-	(11.814)	-	1.339.933	337.258
Base negativa de contribuição social.....	355.782	(18.524)	-	-	-	-	-	-	585.047	168
Provisão para passivos tributários civis e trabalhistas.....	275.463	(5.214)	-	-	-	-	-	-	67.184	(46.929)
Benefícios a empregados.....	282.803	(16.564)	-	-	-	-	-	-	5.247	525.818
Outras diferenças temporárias.....	410.300	93.004	-	-	-	-	-	-	1.284.377	-
Efeito de variação cambial diferida.....	1.060.527	223.850	-	-	-	-	-	-	6.286	83.837
Provisão para perdas.....	110.728	(33.165)	-	-	(12)	-	-	-	1.926	(372.448)
Alocação de ativos a valor justo.....	(497.534)	213.019	-	-	(89.859)	-	-	-	3.755.686	4.071.219
	<u>2.971.707</u>	<u>798.160</u>			<u>31.103</u>		<u>(45.284)</u>		<u>3.874.054</u>	<u>3.178.054</u>
Ativo não-circulante.....	3.054.393	-	-	-	-	-	-	-	1.341.464	350.810
Passivo não-circulante.....	(82.686)	-	-	-	-	-	-	-	(23.166)	575.719

	Saldo em 31/12/18		Reconhecido no Resultado		Outros		Reconhecido em Resultados Abrangentes		Saldo em 31/12/19	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízos fiscais.....	1.339.933	4.781	-	-	(36.226)	-	32.971	-	1.341.464	350.810
Base negativa de contribuição social.....	337.258	13.552	-	-	-	-	-	-	242.794	294.031
Provisão para passivos tributários civis e trabalhistas.....	270.417	(27.848)	-	-	-	-	-	-	575.719	1.177.428
Benefícios a empregados.....	286.494	(29.739)	-	-	-	-	-	-	(309)	1.177.428
Outras diferenças temporárias.....	525.818	73.067	-	-	-	-	-	-	14.923	23.618
Efeito de variação cambial diferida.....	1.284.377	(106.640)	-	-	-	-	-	-	(10.146)	(452.058)
Provisão para perdas.....	83.837	(75.142)	-	-	-	-	-	-	3.553.806	4.071.219
Alocação de ativos a valor justo.....	(372.448)	(69.464)	-	-	-	-	-	-	3.874.054	(517.413)
	<u>3.755.686</u>	<u>(217.433)</u>			<u>(36.226)</u>		<u>51.779</u>		<u>3.874.054</u>	<u>(517.413)</u>
Ativo não-circulante.....	3.874.054	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não-circulante.....	(18.368)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
2019.....	-	609.546	-	(18.055)
2020.....	605.657	585.047	-	(25.144)
2021.....	467.153	338.896	(98.449)	(13.548)
2022.....	422.863	306.130	(110.031)	(14.009)
2023.....	464.514	373.875	(90.703)	(11.210)
2024 em diante.....	2.111.032	1.660.560	(218.230)	(36.402)
	<u>4.071.219</u>	<u>3.874.054</u>	<u>(517.413)</u>	<u>(118.368)</u>

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 998.036 (R\$ 994.838 em 31/12/2018), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuem R\$ 668.729 (R\$ 398.364 em 31/12/2018) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2037 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 1.384.598 (R\$ 795.775 em 31/12/2018), que expiram em várias datas entre 2020 e 2039.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS REALIZADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Gerdau S.A.		Total	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 01/01/2018.....	9.038.468	9.038.468	9.038.468	9.038.468
Resultado da equivalência patrimonial.....	884.429	884.429	884.429	884.429
Ajustes de avaliação patrimonial.....	228.428	228.428	228.428	228.428
Permuta de ações.....	(10)	(10)	(10)	(10)
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	(313.617)	(313.617)	(313.617)	(313.617)
Efeito de aumento de participação em controladas.....	73.576	73.576	73.576	73.576
Saldo em 31/12/2018.....	9.911.274	9.911.274	9.911.274	9.911.274
Resultado da equivalência patrimonial.....	445.246	445.246	445.246	445.246
Ajustes de avaliação patrimonial.....	140.111	140.111	140.111	140.111
Venda de ações (i).....	(390.647)	(390.647)	(390.647)	(390.647)
Permuta de ações.....	(128)	(128)	(128)	(128)
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	(131.828)	(131.828)	(131.828)	(131.828)
Efeito de aumento de participação em controladas.....	(14.020)	(14.020)	(14.020)	(14.020)
Saldo em 31/12/2019.....	9.960.008	9.960.008	9.960.008	9.960.008

I) Durante o primeiro trimestre de 2019, a Metalúrgica Gerdau S.A. alienou 25,6 milhões de ações preferenciais de emissão da sua controlada, para fazer a liquidação de seus empréstimos e financiamentos.

	Investimentos em América do Norte		Investimentos em América do Sul		Investimentos em Ações Especiais		Investimentos no Brasil		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo em 01/01/2018.....	346.080	584.899	199.647	-	-	-	149.673	1.280.299	-	-	1.934.099	1.280.299
Resultado da equivalência patrimonial.....	(77.909)	51.648	15.629	-	-	-	(1.700)	22.473	-	-	10.147	22.473
Ajustes de avaliação patrimonial.....	33.101	96.045	(1.377)	-	-	-	(2.050)	-	-	-	125.719	-
Aumento de capital.....	-	(31.359)	-	-	-	-	7.000	-	-	-	7.000	-
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	-	701.233	-	-	-	-	(23.998)	(55.357)	-	-	(33.357)	(55.357)
Saldo em 31/12/2018.....	301.272	701.233	213.899	-	-	-	3.250	148.148	-	-	1.369.902	1.369.902
Resultado da equivalência patrimonial.....	(111.637)	66.468	6.779	-	-	-	(828)	22.168	-	-	(17.050)	22.168
Ajustes de avaliação patrimonial.....	28.182	21.282	3.523	-	-	-	2.051	-	-	-	55.038	-
Aumento de capital.....	463.990	-	-	-	-	-	7.000	-	-	-	470.990	-
Redução de capital.....	-	(20.344)	-	-	-	-	-	(20.344)	-	-	(20.344)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio.....	-	(20.247)	-	-	-	-	(23.790)	(44.037)	-	-	(47.827)	(44.037)
Saldo em 31/12/2019.....	681.807	748.392	224.201	-	-	-	11.473	146.526	-	-	1.812.399	1.812.399

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Terrenos, prédios e construções		Máquinas, equipamentos e instalações		Equipamentos eletrônicos de dados		Imobilizações em andamento		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo em 01/01/2018.....	9.090.618	28.016.604	711.638	-	-	-	1.175.697	39.945.236	-	-	11.967.352	39.945.236
Adições.....	13.739	66.764	11.811	-	-	-	983.519	119.101	-	-	1.194.934	23.999
Juros capitalizados.....	-	-	-	-	-	-	23.999	-	-	-	23.999	-
Transferências.....	140.334	802.664	457	-	-	-	(949.888)	6.403	-	-	(949.888)	6.403
Baixas.....	(49.890)	(285.860)	(5.841)	-	-	-	(3.352)	(9.606)	-	-	(13.758)	(9.606)
Ativos mantidos para venda.....	(784.464)	(749.136)	(14.914)	-	-	-	(300.618)	(1.269.002)	-	-	(1.553.634)	(1.269.002)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias.....	-	699.724	-	-	-	-	(69.578)	699.724	-	-	-	699.724
Variação cambial.....	290.732	1.058.525	49.727	-	-	-	(2.893)	1.461.959	-	-	1.759.793	1.461.959
Saldo em 31/12/2018.....	8.705.669	29.608.956	753.078	-	-	-	1.021.246	988.114	-	-	41.077.303	41.077.303
Adições.....	28.449	76.756	13.955	-	-	-	1.506.343	121.097	-	-	1.746.601	24.676
Juros capitalizados.....	-	-	-	-	-	-	24.676	-	-	-	24.676	-
Transferências.....	115.452	884.161	24.037	-	-	-	(1.038.693)	15.043	-	-	(900.163)	15.043
Baixas.....	(54.699)	(165.139)	(1.890)	-	-	-	(40.314)	(105.643)	-	-	(367.685)	(105.643)

CONTINUAÇÃO

derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de *hedge (hedge accounting)* para algumas dessas transações. Estas operações têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e fluxos de juro de juro. Estas transações são realizadas considerando exposições ativas ou passivas diretas, sem alavancagem. b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	2019		2018		2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos								
Aplicações financeiras.....	14.146	14.146	24.427	24.427	3.652.949	3.652.949	459.470	459.470
Partes relacionadas.....	-	-	-	-	95.445	95.445	27.939	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	-	-	-	-	2.846	2.846	33.417	33.417
Outros ativos circulantes.....	-	-	372	372	618.770	618.770	780.794	780.794
Outros ativos não-circulantes.....	287	287	320	320	464.455	464.455	449.912	449.912
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos.....	-	-	398.691	398.691	13.138.823	13.138.823	13.931.997	13.931.997
Debêntures.....	-	-	250.159	250.159	2.911.044	2.864.950	1.789.033	1.789.033
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	-	-	-	-	-	-	1.350	1.350
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	-	1.018.501	1.018.501	938.526	938.526
Outros passivos circulantes.....	236	236	163	163	699.230	699.230	773.134	773.134
Outros passivos não circulantes.....	286	286	287	287	435.516	435.516	474.952	474.952

O valor justo de empréstimos e financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 17. g) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas:**

Risco de preço das commodities: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **Risco de taxas de juro:** é o risco do efeito de flutuações de taxas de juro no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juro fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juro como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juro com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descaimento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos deliados junto a instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro. **Risco de gerenciamento de capital:** a qual da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI - *Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA (Lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas (EBITDA/Despesa Financeira Líquida) e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 15 e 16). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 24). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, o Conselho de Administração da Controladora Gerdau S.A. definiu a manutenção dos parâmetros abaixo para fins consolidados, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDA.....	entre 1,0x a 1,5x
Limite nominal da Dívida Bruta.....	R\$ 12 Bilhões
Prazo Médio.....	> 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** a política de gestão e endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com um bom lastro em recebíveis de exportação, para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 15 e 16, respectivamente.

	Controladora 2019				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais.....	236	236	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	286	-	-	-	286
Outros passivos não-circulantes.....	522	236	-	-	286

	Controladora 2018				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais.....	19	19	-	-	-
Fornecedores.....	428.446	428.446	-	-	-
Empréstimos e financiamentos.....	251.831	251.831	-	-	-
Debêntures.....	163	163	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	287	-	-	-	287
Outros passivos não-circulantes.....	680.746	680.459	287	-	-

	Controladora 2019				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais.....	3.762.768	3.762.768	-	-	-
Fornecedores.....	20.061.659	2.312.877	2.659.944	3.793.164	11.295.774
Empréstimos e financiamentos.....	3.457.033	152.928	1.764.003	686.732	853.370
Debêntures.....	1.018.501	-	-	-	1.018.501
Obrigações com FIDC.....	699.230	699.230	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	435.516	-	20.079	-	415.437
Outros passivos não-circulantes.....	29.434.707	6.927.803	4.443.926	4.479.896	13.583.082

	Controladora 2018				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais.....	4.335.071	4.335.071	-	-	-
Fornecedores.....	21.042.179	3.245.792	5.053.827	2.509.962	10.232.598
Empréstimos e financiamentos.....	2.192.306	356.827	231.817	1.600.632	3.030
Debêntures.....	5.245	5.245	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	938.526	-	-	-	938.526
Obrigações com FIDC.....	773.134	773.134	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	47.295	-	13.295	-	461.657
Outros passivos não-circulantes.....	29.761.413	8.716.069	5.298.939	4.110.594	11.635.811

Análises de sensibilidade: A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Principais	Varição	2019	2018
Variações na moeda estrangeira.....	5%	112.355	112.795
Variações nas taxas de juro.....	10bps	70.891	55.189
Variações no preço dos produtos vendidos.....	1%	396.440	461.595
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos.....	1%	258.894	296.234
Cross currency swaps (taxa de juro/moeda estrangeira).....	10bps/5%	-	11.073
Swaps de taxas de juro.....	50bps	408	476
Contratos a termo de moedas.....	5%	-	7.063

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): em 31/12/2019 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 112.355 e R\$ 71.718 após os efeitos decorrentes das alterações de *hedge* de investimento líquido descritos na nota 17.1 - (R\$ 112.795 e R\$ 73.807 em 31/12/2018, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do *investment hedge* as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda. Os valores líquidos de ganho e contas a receber em moedas estrangeiras não apresentam impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriais registrados nas linhas de Receita Líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas. **Análise de sensibilidade dos swaps de taxas de juro:** a Companhia possui *swap* de taxa de juro para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 50 bps na curva de juro para as operações Pré x DI. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 408 (R\$ 11.549 em 31/12/2018, considerando que nesta posição possuíamos *swaps* de taxas de juro e de moedas). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os *swaps* de taxas de juro que a Companhia está exposta são apresentados na nota 17.e. Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos <i>swap</i>		50bps CDI	150bps CDI	500bps CDI
Swap de juro	Variação na taxa de juro	408	2.019	2.497

d) Instrumentos financeiros por categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			Consolidado		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31/12/2019						
Ativos						
Aplicações financeiras.....	14.146	14.146	-	3.652.949	3.652.949	-
Partes relacionadas.....	-	-	95.445	-	95.445	-
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	-	-	-	2.846	2.846	-
Outros ativos circulantes.....	-	-	618.770	-	618.770	-
Outros ativos não-circulantes.....	287	287	464.455	-	464.455	-
Total	287	14.433	1.178.670	3.652.949	2.846	4.834.465
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2019	2.169	1.297	3.466	282.011	94.056	376.067

	Controladora			Consolidado		
	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos.....	-	-	398.691	-	398.691	13.138.823
Debêntures.....	-	-	250.159	-	250.159	1.789.033
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	-	-	1.350
Outros passivos circulantes.....	236	236	163	699.230	699.230	5.245
Outros passivos não-circulantes.....	286	286	287	435.516	435.516	474.952
Total	522	522	703	18.203.114	18.203.114	18.203.114
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2019.....	(14.395)	(14.395)	-	(20.636)	(1.875.574)	(2.685.269)

	Controladora			Consolidado		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31/12/2018						
Ativos						
Aplicações financeiras.....	24.427	24.427	-	459.470	459.470	-
Partes relacionadas.....	-	-	27.939	-	27.939	-
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	-	-	-	2.846	2.846	-
Outros ativos circulantes.....	372	372	780.794	-	780.794	-
Outros ativos não-circulantes.....	320	320	369.674	-	369.674	-
Total	692	24.427	25.119	1.178.407	539.708	33.417
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018	4.110	3.323	7.433	633.860	118.404	752.264

	Controladora			Consolidado		
	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos.....	-	-	398.691	-	398.691	13.766.532
Debêntures.....	-	-	250.159	-	250.159	1.789.033
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	-	-	1.350
Outros passivos circulantes.....	236	236	163	699.230	699.230	5.245
Outros passivos não-circulantes.....	286	286	287	435.516	435.516	474.952
Total	522	522	703	18.203.114	18.203.114	18.203.114
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018.....	(50.943)	(50.943)	-	(17.484)	(2.668.085)	(2.685.569)

Em 31/12/2019, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juro e contratos a termo de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido na demonstração consolidada dos resultados. g) **Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas de diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **Política de uso de derivativos:** a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juro e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juro e/ou de moeda, contratos futuros de moeda e contratos de opções de moeda.

Contratos de Swap: A Companhia contratou operação de *swap* Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juro fixa e paga uma taxa de juro flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

	Posição	Valor de referência		Valor a receber		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contratos de Proteção Patrimonial							
Contratos a termo de Dólar							
Vencimento em 2019.....	comprado em US\$	-	-	-	-	-	(4.069)
Vencimento em 2019.....	vendido em US\$	-	-	-	462	-	(1.176)
Contratos cross currency swap							
Vencimento em 2019.....	CDI 111,50%	-	-	R\$ 230,5 milhões	-	30.249	-
Contratos swap de taxa de juro							
Vencimento em 2020.....	CDI 111,50% R\$ 50,0 milhões	-	-	R\$ 50,0 milhões	-	2.846	2.706
Total valor justo instrumentos financeiras						2.846	33.417

Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

	2019	2018
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2.846	30.711
Ativo circulante.....	-	2.706
Ativo não-circulante.....	-	2.846
Total	2.846	33.417

Perdas não realizadas com instrumentos financeiros

	2019	2018
Passivo circulante.....	-	(5.245)



CONTINUAÇÃO

Ltd., são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.236.144. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.053.855, correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 1.018.445 correspondem a uma Execução Fiscal em face da qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que foram julgados parcialmente improcedentes, por meio de sentença proferida em 15/07/2019, que foi objeto de Recurso de Apelação interposto pela empresa, atualmente, pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e (i.b) R\$35.407 correspondem a um processo parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017 e já transitada em julgado; as matérias não analisadas anteriormente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, foram objeto de julgamento em 16/10/2019, por decisão parcialmente favorável, em face da qual a empresa aguarda manifestação da Fazenda Nacional, para apuração final do débito remanescente; e (ii) R\$ 182.289 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seu Recurso Especial julgado pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), em 04/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a controlada aguarda intimação da decisão para tomar as providências cabíveis para a discussão judicial. **a.6) As Controladas da Companhia, Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A.,** são partes em processos administrativos e judiciais relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das emendas importa em R\$ 7.780.131, dos quais: (i) R\$ 5.282.017 correspondem a quatro processos da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e de suas Controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias ofertado garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e inicialmente em discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em 17/05/2018, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, em face da qual a Fazenda Nacional interps recurso de Apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e ainda, nos Embargos à Execução ajuizados pela Controlada Gerdau Aços Longos S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), em 03/10/2019, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, estando em curso o prazo para a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional; (ii) R\$ 311.885 correspondem a um processo da Controlada Gerdau Aços Longos S.A., em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 08/07/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iii) R\$ 289.372 correspondem a um processo Controlada Gerdau Longos S.A., em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 08/09/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iv) R\$ 4.219 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 66.619 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cujo Recurso Especial interposto à CSRF foi julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a controlada aguarda intimação da decisão para tomar as providências cabíveis para a discussão judicial; (vi) R\$ 132.928 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve Recurso Especial parcialmente admitido e se encontra pendente de julgamento; (vii) R\$ 567.904 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, por decisão proferida pelo CARF em 18/09/2018 e notificada à empresa em 15/04/2019. Tal decisão foi objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (viii) R\$ 104.913 correspondem a um processo da Controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seu Recurso Voluntário julgado pela primeira instância do CARF em 10/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a Controlada aguarda intimação da decisão dos recursos cativos; (ix) R\$ 545.600 correspondem a um processo da controlada Gerdau Açominas S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão do Conselho de Administração da Gerdau S.A. em face da qual interps Recurso Voluntário, cuja primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento; e (x) R\$ 474.667 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cujo Auto de Infração foi recebido em 11/09/2019 e em face do qual foi apresentada impugnação em 10/10/2019, atualmente pendente de julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ). Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). As autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"). Desde então, a empresa foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações da empresa, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência. **b) Contingências civis:** b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico, a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, correspondem a R\$ 417.820). Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregulares processuais, em especial o impedimento para a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspensão dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Ambas as ações foram julgadas improcedentes e suas respectivas apelações também foram improvidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Contra ambas as decisões, foram interpostos recursos fundamentados no Superior Tribunal de Justiça e ao Superior Tribunal Federal, após julgamento de admissibilidade, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça foi admitido com deferimento de efeito suspensivo e da substituição da fiança ofertada por seguro garantia, em decisão de 8/10/2019. Independentemente do resultado de seus recursos, a Gerdau continuará buscando todos os remédios jurídicos cabíveis para defesa de seus direitos. A Gerdau nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação. **b.2) A Companhia e suas controladas** são partes em outras demandas de natureza civil que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 276.519. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 184.067. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **d) Processo administrativo - Comissão de Valores Mobiliários (CVM):** Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itau Unibanco S.A. e Arcelor Mittal Netherland B.V. A aprovação do processo foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que, os preços eram adequados levando-se em consideração; as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Gerdau. A Gerdau, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A. e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em sociedades controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Em 03/12/2019, o referido processo administrativo foi julgado pela CVM, sendo absolvidos todos os acusados, com exceção de um administrador e um ex-administrador da Gerdau condenados ao pagamento de multas por suposta falha nas divulgações ao mercado relativas à transação. Existe possibilidade de interposição de recursos perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional por esse administrador e ex-administrador. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e civis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributários	258	261	1.838.226	1.964.120
Trabalhistas	1.386	1.554	114.765	128.174
Cíveis	783	603	41.152	45.538
	<u>2.427</u>	<u>2.418</u>	<u>1.994.143</u>	<u>2.137.832</u>

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2019, no montante de R\$ 1.650.976, corresponde a depósitos judiciais reequilibrados até junho/2017, referentes à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis nos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinar pontos, e reiterou a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. Uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31/03/2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil registrando os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão. A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STJ entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definido pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro. Por fim, a Companhia informa que duas das ações acima mencionadas já contam com decisão final transitada em julgado. A primeira delas transitou em julgado em 19/07/2019 asseguando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, no valor de R\$ 122 milhões (R\$ 79 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, o que foi realizado 16/09/2019, no montante de R\$ 179 milhões. A segunda transitou em julgado em 18/12/2019, asseguando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 280 milhões (R\$ 185 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação no montante de R\$ 187 milhões. **IV) Ativos contingentes - Emprestitos compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás):** O Emprestito Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do emprestito compulsório aos contribuintes, facultando a possibilidade de antecipação da devolução, através de emissão de créditos em ações de emissão. Antes da conversão dos créditos em ações estes eram corrigidos através de um deflator e quantificador, denominado Unidade Parâmetro (UP). Ocorre que o Emprestito Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados. Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos emprestitos compulsórios, que totalizam aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável à Companhia de forma que não cabem mais recursos contra estas decisões ("Trânsito em Julgado") quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados, e obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima. Assim, permite considerar que uma entrada de benefícios econômicos pode ocorrer no futuro. No entanto, ainda existem incertezas substanciais sobre o prazo, a forma e o montante que será realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho são a forma de encaxe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (*virtually certain*) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTA 20 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos:

	Consolidado	
	2019	2018
Mútuos ativos	-	-
Empresa com controle em conjunto	-	-
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	73.607	72
Outros	21.838	27.867
Fundação Gerdau	<u>95.445</u>	<u>27.939</u>

	Consolidado	
	2019	2018
Receitas financeiras líquidas	-	(1.350)
	-	(1.350)
	<u>4.767</u>	<u>545</u>

b) Operações com partes relacionadas: Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 1.572.618 em 31/12/2019 (R\$ 1.382.584 em 31/12/2018) e de compras no montante de R\$ 198.636 em 31/12/2019 (R\$ 129.513 em 31/12/2018). O saldo líquido montou R\$ 1.373.982 em 31/12/2019 (R\$ 1.253.071 em 31/12/2018). Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, a avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações na controladora e no consolidado foi uma despesa de R\$ 68 (R\$ 194 em 31/12/2018). Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 554 (R\$ 445 em 31/12/2018) em termos consolidados, oriunda de contrato de locação. A Metalúrgica Gerdau S.A. possui valor de aplicação financeira em sua controlada Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa no montante de R\$ 14.146 (R\$ 24.427 em 31/12/2018).

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original		2019	2018
			Original	Vencimento		
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.750.249	out/22 - out/24	1.784.868	1.933.929
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	37.285	41.571
Gerdau Metaldom S.A. e Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	274.560	fev/20	241.842	198.619
c) Debêntures: Das debêntures em circulação, está em poder de empresas controladas, títulos no montante de R\$ 0 em 31/12/2019 (R\$ 42.755 em 31/12/2018), que corresponde a 0 debêntures (546 em 31/12/2018). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 0 em 31/12/2019 (R\$ 0 em 31/12/2018), que corresponde a 0 debêntures (0 em 31/12/2018). d) Condições de preços e encargos: Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compra e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. e) Remuneração da Administração: No exercício findo em 31/12/2019, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 3.122 (R\$ 4.628 em 31/12/2018) na controladora e R\$ 35.481 (R\$ 54.939 em 31/12/2018) em termos consolidados. Em 31/12/2019 as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 e R\$ 1.687. Plano de contribuição definida (R\$ 84 e 1.679 em 31/12/2018) na controladora e no consolidado, respectivamente. As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:						

	Consolidado	
	2019	2018
No início do Exercício	6.375.547	5.945.310
Outorgadas	1.083.116	1.255.286
Exercidas	(627.076)	(511.333)
Anuladas	(38.553)	-
Ajuste de base	(75.163)	(313.716)
No final do Exercício	<u>6.717.872</u>	<u>6.375.547</u>

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 27. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 26.631 em 31/12/2019 (R\$ 23.189 em 31/12/2018) em termos consolidados.

NOTA 21 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2019:

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo a atuar com plano de pensão - contribuição definida	45.381	11.365
Total do ativo	<u>45.381</u>	<u>17.952</u>
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	1.138.592	1.057.846
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	298.989	272.369
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	32.863	26.502
Total do passivo	<u>1.470.444</u>	<u>1.356.717</u>
Parcela do Circulante	495	157
Parcela do Não-circulante	1.469.949	1.356.560

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego: A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocina plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldaado. Todos os participantes destes planos, agora saldaados, poderiam: (i) optar

por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática do montante do plano saldaado para o novo Plano e agregar valor à essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldaado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1%	Redução de 1%
Valor presente da obrigação de benefício definido	(16.203)	12.383
Em 31/12/2019, o saldo atualizado do benefício definido nos resultados abrangentes para os beneficiários apresentados a seguir é R\$ (1.124.572) (R\$ (1.079.011) em 31/12/2018) reconhecido no plano de Pensão de Benefício Definido: A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:		

	Consolidado	
	2019	2018
Custo do serviço corrente	54.518	60.803
Custo financeiro	189.544	82.513
Receita de juros sobre os ativos do plano	(163.148)	(59.692)
Custo do serviço passado	2.302	7.065
Liquidações/Reduções	(4.712)	3.220
Restrição ao custo dos juros devido à limitação de recuperação	16.247	20.023
Custo líquido com plano de pensão	<u>94.751</u>	<u>113.932</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.601.965)	(4.391.251)
Valor justo dos ativos do plano	3.656.891	3.568.934
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(193.517)	(218.576)
Efeito líquido	<u>(1.138.591)</u>	<u>(1.040.893)</u>
Ativo reconhecido	-	-
Passivo reconhecido	<u>(1.138.591)</u>	<u>(1.040.893)</u>

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	4.391.251	4.314.592
Custo do serviço corrente	54.518	60.803
Custo financeiro	189.544	82.513
Pagamento de benefícios	(309.817)	(318.198)
Custo do serviço passado	2.302	7.065
Valores suplementares do plano	-	17.708
Liquidações/Reduções	(498.493)	(61.369)
Remunerações atuariais	546.911	(370.083)
Varição cambial	225.749	552.634
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>4.601.965</u>	<u>4.391.251</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Variação nos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.568.934	3.456.613	163.148	165.908
Receita de juros sobre os ativos do plano	162.650	197.829	-	-
Contribuições dos patrocinadores	493.871	(64.888)	-	-
Liquidações/Reduções	(309.817)	(318.198)	-	-
Pagamentos de benefícios	(393.781)	(318.198)	-	-
Remunerações	386.767	(253.301)	-	-
Varição cambial	178.990	384.952	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>3.656.891</u>	<u>3.568.934</u>	-	-

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 0 (R\$ 676 em 31/12/2018) e ações e debêntures de sua controlada Gerdau S.A. no montante de R\$ 10.221 (R\$ 3.427 em 31/12/2018). As remunerações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remunerações	-	-	(386.767)	253.301
Remunerações atuariais	-	-	546.911	(370.083)
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	-	-	(94.198)	(43.197)
Remunerações reconhecidas nos resultados abrangentes	-	-	<u>65.946</u>	<u>(159.979)</u>
Remunerações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas				

CONTINUAÇÃO

	2019		2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício.....	331.256.682	648.164.765	330.071.442	645.794.285
Emissão de ações.....	33.854.519	67.709.038	1.185.240	2.370.480
Saldo no fim do período/exercício.....	365.111.201	715.873.803	331.256.682	648.164.765

A composição acionária está assim representada:

Acionistas	2019				2018							
	Ord.	%	Prof.	Total	Ord.	%	Prof.	Total				
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas.....	270.708.180	74,1	1.739.262	0,2	272.447.442	25,1	260.934.814	78,8	2.357.044	0,4	263.291.858	26,7
Investidores institucionais												
brasileiros.....	36.547.669	10,0	317.369.192	43,9	353.916.861	32,6	24.978.982	7,5	276.633.644	42,2	301.612.626	30,6
Investidores institucionais estrangeiros.....	3.151.001	0,9	201.741.882	28,0	204.892.883	18,7	361.667	0,1	192.117.809	29,3	192.479.476	19,5
Outros acionistas.....	54.704.351	15,0	195.023.467	27,0	249.727.818	23,0	44.981.219	13,6	177.056.268	27,1	222.037.487	22,6
Ações em tesouraria.....	-	0,0	6.258.200	0,9	6.258.200	0,6	-	0,0	6.258.200	1,0	6.258.200	0,6
	<u>365.111.201</u>	<u>100,0</u>	<u>722.132.003</u>	<u>100,0</u>	<u>1.087.243.204</u>	<u>100,0</u>	<u>331.256.682</u>	<u>100,0</u>	<u>654.422.965</u>	<u>100,0</u>	<u>985.679.647</u>	<u>100,0</u>

(*) As empresas Indac - Ind. Adm. e Com. Ltda. e Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. são as controladoras da Companhia e a Cindac - Empreendimentos e Participações é a entidade controladora da Companhia em última instância.

Em 31/12/2019 estão subscritas e integralizadas 365.111.201 ações ordinárias (331.256.682 em 31/12/2018) e 722.132.003 ações preferenciais (654.422.965 em 31/12/2018), totalizando a Companhia capital realizado em R\$ 8.208.826 (R\$ 7.960.908 em 31/12/2018), líquido dos custos de aumento de capital. Conforme descrito na nota 15, a reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial** - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em hedge de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2019.

	2019		2018	
	Ações Preferenciais	R\$	Ações Preferenciais	R\$
Saldo inicial.....	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861
Saldo final.....	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861

Em 31/12/2019, a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia ou lucros em tesouraria para posterior cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferenciais em tesouraria é de R\$ 11,16. **c) Reservas de Lucros: I) Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e capital de giro** - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial** - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em hedge de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2019.

	2019		2018	
	Ações Preferenciais	R\$	Ações Preferenciais	R\$
Lucro líquido do exercício.....	425.084	799.010	19.661	(39.950)
Constituição da reserva legal.....	-	-	(19.661)	(99.223)
Recomposição da reserva de incentivos fiscais.....	-	-	(31.857)	(6.544)
Constituição da reserva de incentivos fiscais.....	-	-	373.566	373.293
Lucro líquido ajustado.....	425.084	799.010	125.704	(244.477)
Juros sobre capital próprio e dividendos.....	247.862	408.816	247.862	408.816
Lucro líquido remanescente.....	247.862	408.816	247.862	408.816
Constituição de reserva de investimento e capital de giro.....	-	-	(247.862)	(408.816)

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 125.704 conforme demonstrado a seguir:

Período	Natureza	RS/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2019		2018	
						2019	2018	2018	2017
1º trimestre.....	Dividendos	0,04	980.624	17/05/2019	30/05/2019	39.225	39.089	-	-
2º trimestre.....	Dividendos	0,04	1.080.984	16/08/2019	29/08/2019	43.239	68.412	-	-
3º trimestre.....	Dividendos	0,02	1.080.984	11/11/2019	26/11/2019	21.620	88.005	-	-
4º trimestre.....	Dividendos	0,02	1.080.985	28/02/2020	12/03/2020	21.620	48.971	-	-
Dividendos.....						125.704	244.477	-	-
Crédito por ação (R\$).....						0,12	0,25	-	-

NOTA 25 - LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 - Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmento de negócio	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Exercício findo em:	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas.....	16.122.171	15.745.161	14.656.028	19.927.390	3.259.253	3.801.210	6.701.900	8.158.626	(1.095.342)	(1.472.909)	39.644.010	46.159.478
Custo das vendas.....	(14.363.253)	(13.044.433)	(13.351.209)	(18.164.834)	(2.762.157)	(3.230.952)	(6.167.502)	(7.064.608)	1.203.395	1.494.727	(35.440.726)	(40.010.100)
Lucro bruto.....	1.758.918	2.700.728	1.304.819	1.762.556	497.096	570.258	534.398	1.094.018	108.053	2.188	4.203.284	6.149.378
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(539.344)	(564.031)	(444.326)	(607.581)	(119.627)	(136.707)	(170.170)	(186.037)	(163.886)	(166.990)	(1.437.353)	(1.661.346)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	293.806	(33.814)	30.048	19.114	15.510	(11.421)	33.058	10.881	53.398	(44.920)	425.820	(60.960)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas.....	(928)	(1.700)	(110.959)	(77.872)	66.488	51.648	6.776	15.629	21.493	(22.436)	(17.050)	10.141
Resultado da equivalência patrimonial.....	1.512.552	2.101.183	779.582	1.096.217	459.447	473.778	404.062	933.691	19.058	(562.163)	3.174.701	4.020.706
Resultado financeiro, líquido.....	(520.821)	(442.966)	(99.029)	(37.351)	(163.459)	(117.270)	(109.116)	(112.109)	(627.718)	(1.223.609)	(1.520.143)	(1.933.305)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos.....	991.731	1.658.217	680.553	1.058.866	295.986	356.508	294.946	821.582	(608.660)	(1.805.772)	1.654.558	2.089.401
Imposto de renda e contribuição social.....	(214.400)	(410.651)	(188.458)	(224.897)	(100.341)	(86.667)	(60.749)	(91.386)	106.115	1.064.890	(457.833)	151.289
Lucro (Prejuízo) líquido do período.....	777.331	1.247.566	492.095	833.969	195.647	269.841	234.197	630.196	(502.545)	(740.882)	1.196.725	2.240.690
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos.....	920.659	1.280.770	62.196	84.335	-	4.988	112.487	102.816	-	-	1.095.342	1.472.909
Depreciação/amortização.....	1.008.713	951.826	571.015	511.154	120.462	88.537	374.105	340.297	11	11	2.074.306	1.891.825
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial.....	11.472	3.250	681.807	301.271	748.392	701.233	224.201	213.899	146.527	148.149	1.812.399	1.367.802
Ativos totais.....	17.195.424	17.473.039	15.178.053	14.659.926	4.562.604	4.421.487	8.597.180	8.825.830	8.515.075	5.964.134	54.048.736	51.344.416
Passivos totais.....	4.686.686	8.072.380	4.506.771	4.935.210	996.876	1.053.007	1.604.885	1.736.085	15.026.265	10.175.263	26.821.483	25.971.945

Os principais produtos por segmento de negócio são: Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e treliçados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro. Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves. Operação América do Sul: vergalhões, barras e treliçados. Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina. A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

Informações por área geográfica	Brasil		América Latina (1)		América do Norte (2)		Europa/Ásia		Exercício findo em:	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas.....	17.573.278	17.284.473	4.201.165	4.785.281	17.869.567	23.524.381	-	565.343	39.644.010	46.159.478
Ativos totais.....	26.169.925	26.346.674	5.781.527	5.251.637	22.097.284	19.746.105	-	54.048.736	51.344.416	

(1) Não inclui as operações do Brasil; (2) Não inclui as operações do México. A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 29 - SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	Consolidado	
		2019	2018
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	61.187.789	64.676.890
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	11.381.183	6.610.851
Responsabilidade Civil	Operações industriais	652.973	627.718

NOTA 30 - PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento. A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. **30.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa:** Em 2019 e 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 30.2 do teste de recuperabilidade do ágio. **30.2 Teste de recuperabilidade do ágio:** A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. Em 2019 e 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio. O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2019 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2018); b) Aços Especiais 3% (3% em dezembro de 2018); c) América do Sul 3% (3% em dezembro de 2018); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2018). As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 10,00% (11,00% em dezembro de 2018); b) Aços Especiais: 10,50%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da

Metalúrgica Gerdau S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Metalúrgica Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

Veja notas explicativas 8, 10, 11 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos consolidados da Companhia incluíam ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 9.469.311 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ativos imobilizados no montante de R\$ 15.902.095 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda, e ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 4.071.219 mil, cujo reconhecimento contábil está vinculado à probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro que sejam suficientes para a sua recuperação. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados e ágio por expectativa de rentabilidade futura é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas, e a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é suportada por análises e estimativas de geração futura de lucros tributáveis que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção e na perpetuidade, poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Básico

	2019		
--	------	--	--

CONTINUAÇÃO**Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e mensuração das transações de arrendamento**

Veja a nota explicativa 2.24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa n° 2.24 às demonstrações financeiras, em decorrência da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), a Companhia reconheceu, em 1 de janeiro de 2019, ativo de direito de uso e passivos de arrendamento no montante de R\$ 836.368 mil, nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta ativo de direito de uso no montante de R\$ 777.314 mil e passivos de arrendamento no montante de R\$ 804.269 mil, nas demonstrações financeiras consolidadas.

A nova norma especifica como uma entidade deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar seus contratos de arrendamento, promovendo um único modelo de contabilização de arrendamentos, o que exige o reconhecimento de ativos de uso e passivos de arrendamento para todos contratos de arrendamento.

Em função do alto grau de julgamento envolvido na determinação de premissas, como opções de renovação e cancelamento, que devem ser consideradas na determinação do prazo dos arrendamentos, além da complexidade das estimativas, como das taxas de desconto utilizadas na mensuração das transações de arrendamento, incluindo o fato de ser a aplicação inicial de uma norma contábil e o impacto financeiro que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Contingências tributárias

Veja a nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e determinadas controladas são partes em discussões cíveis que tratam, entre outros temas, da potencial contingência no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de discussões tributárias que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, bem como demandas principalmente relacionadas a créditos sobre insumos vinculados ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Além disso, a Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos à: glosa da dedutibilidade do ágio originado em reorganização societária ocorrida entre os anos de 2004 e 2005; imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior; e à tributação de lucros gerados no exterior.

A Administração e seus consultores jurídicos tributários entendem que, para as demandas acima mencionadas, a avaliação de risco de perda é possível - mas não provável - e, por esse motivo, não há o registro de provisões passivas relacionadas aos temas.

Adicionalmente, parte das decisões obtidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF relacionadas aos processos vinculados à dedutibilidade dos ágios e à tributação de lucros no exterior estão em processo de investigação por autoridades federais brasileiras, incluindo o Poder Judiciário, a fim de apurar supostas irregularidades.

Consideramos esses temas como significativos em nossa de auditoria em função de sua complexidade, da magnitude de seus possíveis impactos e do elevado grau de julgamento envolvido na determinação dos riscos de perda, na mensuração dos valores divulgados nas notas explicativas e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das principais premissas de mensuração, à precisão matemática e ao reconhecimento contábil dos efeitos da aplicação da nova norma.
- avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para definição de prazo dos arrendamentos;
- avaliação, em base amostral, da aderência dos contratos de arrendamento da Companhia ao escopo da norma, bem como das informações dos contratos originais e seus respectivos aditivos, além de recalcular o montante mensurado pela Companhia;
- avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração das transações de arrendamentos;
- avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são suficientes em relação aos requerimentos da norma.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas, e do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados a classificação de potencial risco de perdas dos processos administrativos e/ou judiciais, e dos julgamentos significativos utilizados para determinar os eventuais montantes a serem registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com o auxílio de nossos especialistas legais, em determinados casos, e tributários, examinamos os argumentos técnicos, pareceres fiscais e opiniões legais preparados pelos assessores tributários e/ou jurídicos independentes da Companhia e suas controladas e obtivemos confirmações externas sobre o estágio atual e classificação de risco envolvendo os casos descritos acima.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos das contingências e as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 18 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Aramis Sá de Andrade	Bolívar Charneski	Dóris Beatriz França Wilhelm	Geraldo Toffanello	Tarcísio Beuren
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Presidente CLAUDIO JOHANNPETER	Conselheiros AOD CUNHA DE MORAES JÚNIOR FERNANDO FONTES IUNES GUSTAVO WERNECK DA CUNHA CARLOS JOSÉ DA COSTA ANDRÉ	DIRETORIA		
Vice-Presidentes ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER		Diretor Presidente GUSTAVO WERNECK DA CUNHA Diretor Vice-Presidente HARLEY LORENTZ SCARDOELLI	Diretores CESAR OBINO DA ROSA PERES FÁBIO EDUARDO DE PIERI SPINA FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO HERMENIO PINTO GONÇALVES MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG MAURO DE PAULA	

CLEMIR ÜHLEIN
Contador CRC RS 044845/O-8/S/SP - CPF n° 424.614.210-72